



O NOVO NORTE

**PROGRAMA OPERACIONAL
REGIONAL DO NORTE**

EIXO PRIORITÁRIO V Governança e Capacitação Institucional

**Aviso para apresentação de candidaturas:
Modernização do Governo Electrónico e Melhoria da
Relação das Empresas e dos Cidadãos com a
Administração Desconcentrada e Local
CIMTS/V/MGE/01/2009**

CIM-TS

Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa



**Eixo Prioritário V (GOVERNAÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL)
Modernização do Governo Electrónico e Melhoria da Relação das
Empresas e dos Cidadãos com a Administração Desconcentrada e Local**

**Aviso de Abertura de Concurso para Apresentação de Candidaturas
CIMTS/VI/MGE/01/2009**

Nos termos do Regulamento de Execução do “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa” (RESAMA), a apresentação de candidaturas, no domínio da Modernização do Governo Electrónico e Melhoria da Relação das Empresas e dos Cidadãos com a Administração Desconcentrada e Local, processa-se nos termos e condições definidos no presente Aviso, aprovado pelo Conselho Executivo da CIM e pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 divulgado, para além dos meios legais estabelecidos, através do sítio do PO Regional do Norte na Internet (www.novonorte.gren.pt).

Esta competência foi delegada na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIMTS), de acordo com o ‘Contrato de delegação de competência com subvenção global’ celebrado com a Autoridade de Gestão do ON.2, ao abrigo dos Artigos 63.º e 64.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, tendo por base as tipologias contratualizadas no âmbito do Programa Territorial de Desenvolvimento (PTD) do Tâmega 2007-2013.

As informações que constam do presente Aviso devem ser integradas com o conteúdo relevante das normas comunitárias e nacionais, das orientações técnicas e do formulário da candidatura, conforme referido nos respectivos pontos do presente Aviso, alertando-se para a necessidade de conhecimento do teor integral desses documentos.

O presente Aviso de convite público à apresentação de candidaturas é definido nos termos seguidamente referidos.

1. Âmbito

O presente Aviso, enquadrado pelo Regulamento de Execução do “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa”, visa operações enquadradas no objectivo específico “Modernização do Governo Electrónico e Melhoria da Relação das Empresas e dos Cidadãos com a Administração Desconcentrada e Local” do Eixo Prioritário V – “Governança e Capacitação Institucional” do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013.

2. Objectivos

As operações incluídas nas candidaturas devem contribuir para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto” no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas, procurando:

- a) A qualificação do atendimento dos serviços da Administração Pública, conjugando uma lógica de proximidade com critérios de racionalização de estruturas;
- b) A racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública e a simplificação, reengenharia e desmaterialização de processos;
- c) O desenvolvimento de uma Administração Pública em rede, com recurso ao uso intensivo das tecnologias da informação e comunicação enquanto infra-estrutura de suporte ao processo de modernização administrativa;
- d) A promoção de iniciativas integradas de modernização, assegurando a articulação entre as três principais dimensões de intervenção (pessoas, organização e tecnologia) como forma de geração da massa crítica e das competências transversais necessárias à continuidade e sustentabilidade deste tipo de processos, para além do horizonte definido para o respectivo financiamento.

3. Âmbito Territorial

O território abrangido pelas operações a financiar no presente Aviso corresponde à NUTS III – Tâmega da Região Norte de Portugal, definida de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 68/2008, de 14 de Abril.

4. Tipologias de Operações a Apoiar

No enquadramento do Artigo 5.º do Regulamento de Execução do “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa”, são consideradas, no âmbito do presente Aviso de Concurso, as operações enquadráveis nas seguintes tipologias:

- a) racionalização dos modelos de organização e gestão da administração pública;
- b) administração em rede;
- c) balcões multiserviços móveis.

5. Entidades Beneficiárias

De acordo com o disposto no Artigo 6.º do Regulamento de Execução do “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa”, atenta a tipologia de operações referidas no número anterior, podem apresentar candidaturas, no âmbito do presente Aviso, as seguintes entidades beneficiárias:

- Municípios.

6. Formalização da Candidatura

As candidaturas no âmbito do presente aviso devem ser apresentadas à CIMTS, com delegação de competências concedida pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional da Região Norte 2007- 2013, por via de submissão de formulário electrónico disponível através do sítio www.novonorte.qren.pt, mais especificamente no endereço <http://212.55.137.44/bolsasigon2candqren/>, o qual deve ser devidamente preenchido e acompanhado de todos os documentos que constituem anexos obrigatórios, designadamente os mencionados no Manual de Procedimentos do ON.2.

A utilização do Sistema de Informação SIGON.2 que disponibiliza, entre outras funcionalidades, o formulário electrónico, obriga ao prévio registo das entidades beneficiárias, registo este a efectuar no mesmo endereço acima destacado.

Tendo em conta a precisão da informação inserida em sede de registo, desde logo a concordância entre o NIF e a designação da entidade constante da Base da Direcção Geral de Contribuição e Impostos, (DGCI), a Autoridade de Gestão do ON.2 valida o registo da entidade e comunicará, por via do endereço electrónico, que por esta última tiver sido fornecido em sede de registo, o utilizador e a *password* que lhe foram atribuídos.

7. Elementos a Enviar pelo Beneficiário

Além do formulário de candidatura e anexos exigidos nas instruções de preenchimento do formulário, as candidaturas deverão incluir nota justificativa do contributo da operação para os critérios de selecção mencionados no ponto 12 do presente Aviso. A esta nota, deverá ser anexada a documentação demonstrativa considerada pertinente.

8. Período para Apresentação de Candidaturas

O período para a recepção de candidaturas decorre entre 11 de Maio de 2009 e as 17.30 horas do dia 5 de Junho de 2009. A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário ao sistema de informação e gestão do Programa Operacional do Norte 2007 – 2013 (SIGON.2).

9. Duração da Execução das Operações

Cada operação a apresentar no âmbito do presente Aviso de Concurso deve ter uma duração máxima de 24 (vinte e quatro) meses para a respectiva execução.

10. Condições de Admissão e Aceitação dos Beneficiários

As condições de admissão e aceitação dos beneficiários são as previstas no Artigo 7.º do Regulamento de Execução do “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa”, devendo satisfazer as condições gerais estabelecidas no número 1 do Artigo 10.º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, bem como demonstrarem possuir as necessárias competências legais indispensáveis à concretização da operação e, no caso de operações

transversais, envolverem pelo menos duas entidades que se proponham integrar os resultados da operação na sua actividade.

No caso de operações de carácter imaterial, o beneficiário deverá, quando aplicável, demonstrar capacidade para assegurar a continuidade futura da realização das acções.

Nos casos das operações transversais e das operações globais, a entidade que assume a coordenação geral compromete-se a verificar que cada beneficiário participante na operação cumpre as condições de admissão e aceitação estabelecidas no presente sistema de apoios.

11. Condições de Admissão e Aceitação das Operações

As operações candidatas deverão satisfazer o Artigo 8.º do Regulamento de Execução do “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa” e as condições gerais estabelecidas no Artigo 11.º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.

12. Avaliação do Mérito da Operação

12.1. Critérios de Selecção

As candidaturas aceites serão objecto de uma avaliação de mérito em função dos seguintes critérios de selecção:

A. Contributo para a Melhoria da Prestação do Serviço aos Cidadãos e às Empresas:

A1. Contributo para a execução dos indicadores e metas dos Programas Operacionais e do Programa Territorial de Desenvolvimento do Tâmega;

A2. Acessibilidade física, temporal e digital dos cidadãos e das empresas aos serviços da Administração Pública;

A3. População – alvo directamente beneficiada com a intervenção.

B. Contributo para a Modernização da Entidade Beneficiária (Efeitos e Resultados):

B1. Qualidade técnica e tecnológica da operação;

B2. Relevância da operação (custos/benefícios, resultados esperados);

B3. Impacte na organização interna das entidades;

B4. Impacte na qualificação dos Recursos Humanos;

B5. Criação de redes de cooperação permanentes com outras entidades públicas.

C. Contributo para a Estratégia e Objectivos da Política Nacional para a Modernização Administrativa e Administração Electrónica:

C1. Grau de adequação às prioridades regionais em matéria de modernização administrativa e administração electrónica;

C2. Potencial de demonstração e disseminação de resultados a outras entidades.

D. Grau de inovação ou de utilização de “boas práticas” da operação:

D1. Inovação da operação (à escala nacional ou internacional);

D2. Utilização de “boas práticas” (aplicação testada noutros contextos).

E. Grau de envolvimento dos parceiros relevantes ou representatividade à escala nacional/regional

12.2. Metodologia de Cálculo e Respectiva Ponderação

Aos critérios de selecção enunciados, será aplicada a seguinte metodologia de cálculo para avaliação do mérito da operação (MO) que permitirá a respectiva hierarquização:

$$MO = 0,30A+0,30B+0,20C+0,10D+0,10E$$

Em que:

$$A = 0,40A1+0,40A2+0,20A3$$

$$B = 0,20B1+0,25B2+0,20B3+0,10B4+0,25B5$$

$$C = 0,60C1+0,40C2$$

$$D = 0,50D1+0,50D2$$

As pontuações para cada critério são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 10, sendo a pontuação final do Mérito da Operação estabelecida com relevância até às duas casas decimais.

Para efeitos de selecção, serão consideradas as operações de mérito superior que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 6,00, com uma pontuação igual ou superior a 4,00 no critério de segundo nível B2 e uma pontuação igual ou superior a 3,00 em cada critério de primeiro nível, com excepção do critério E que assumirá o valor 1,00 no caso de operações individuais.

Para efeitos de aprovação, em caso de igualdade da pontuação final, as operações são ordenadas nos termos do Artigo 14.º do Regulamento de Execução do “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa”.

12.3. Entidades Responsáveis pela Avaliação de Mérito e pela Decisão de Financiamento

Nos termos da Cláusula 2ª – Competências Delegadas, do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global, a análise do mérito da operação e a consequente

decisão de aprovação é da responsabilidade da CIM. As decisões de aprovação ou de revogação de financiamento das operações serão posteriormente objecto de confirmação pela Autoridade de Gestão do ON.2, ou pela Comissão Ministerial de Coordenação do Programa Operacional nas situações referidas na alínea e), do nº 7, do artigo 40º, do Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 74/2008, de 22 de Abril.

13. Financiamento das Operações

A taxa máxima de co-financiamento FEDER para as operações apoiadas no âmbito do presente Aviso de Concurso é de 60% (sessenta por cento) do investimento elegível, a qual poderá ser acrescida das seguintes majorações:

- a) Majoração “Operações Transversais”: até 10 pontos percentuais (p.p.);
- b) Majoração “Operações Prioritárias”: até 10 pontos percentuais (p.p.) a atribuir aos projectos inseridos nas prioridades estratégicas da política de Modernização da Administração.

Taxa Base Máxima	Majorações		Taxa Máxima
	Operações Transversais	Operações Prioritárias	
60%	Até 10%	Até 10%	70%

As majorações são cumulativas, não podendo, em caso algum, exceder a taxa máxima de financiamento de 70% enunciada.

A majoração “Operações Transversais” terá como princípio orientador a graduação do financiamento em função do número e representatividade dos beneficiários em relação ao universo potencial de entidades susceptíveis de apoio, atendendo à natureza da operação. Estas operações deverão reunir as seguintes condições:

- a) envolver pelo menos dois beneficiários;
- b) ser nomeado como coordenador da operação o beneficiário que incorpore na sua actividade a parcela mais significativa do investimento elegível, ao qual compete assegurar a coordenação global da operação e a interlocução dos vários beneficiários junto da Autoridade de Gestão em tudo o que respeite à gestão técnica, administrativa e financeira da operação;
- c) existir um acordo escrito entre as entidades envolvidas, explicitando o âmbito da cooperação, a identificação do coordenador da operação, a responsabilidade conjunta entre as partes, deveres e direitos das partes, e questões inerentes à propriedade final dos bens de equipamento adquiridos ou desenvolvidos no âmbito da execução da operação;
- d) prever um adequado nível de disseminação e transferência dos resultados da operação para outras entidades públicas.

A majoração “Operações Prioritárias” resulta do nível de inserção do projecto e dos seus objectivos nas seguintes prioridades:

A. Nacional: Objectivos Estratégicos da Agência para a Modernização Administrativa

A1. Relacionamento com Cidadãos e Empresas - promover uma visão de serviço centrada nos cidadãos e empresas e prestando serviços públicos de máxima qualidade, racionalizando os custos dos serviços públicos sem perdas de proximidade;

A2. Simplificação e Modernização Administrativa - Imprimir uma cultura de simplificação que promova a redução de custos administrativos e de contexto centrada na simplificação, agilidade, inovação, automatização e desmaterialização dos processos;

A3. Administração Electrónica - Acelerar e impulsionar a prestação de serviços públicos de máxima qualidade por via das TIC com recurso às melhores práticas.

B. Regional: Programa Operacional do Norte 2007-2013

B1. Simplificação de prestação de serviços prestados aos cidadãos e às empresas, em especial naqueles onde o tratamento de documentação e o processamento de informação assume grande relevância;

B2. Maior rapidez e facilidade na obtenção de informação por parte dos cidadãos e das empresas relativamente à Administração Pública;

B3. Aumento da capacidade de resposta da Administração Pública às iniciativas dos cidadãos e empresas proporcionando-lhes possibilidades de participação mais alargada.

A majoração “Operações Prioritárias” é atribuída através da seguinte metodologia:

- Os projectos que contribuam para a concretização de pelo menos duas prioridades nacionais e duas regionais são majorados em 10%;
- Os projectos que contribuam para a concretização de pelo menos uma prioridade nacional e uma regional são majorados em 5%.

14. Dotação Orçamental

A dotação orçamental atribuída à totalidade das operações a seleccionar no âmbito do presente Aviso de Concurso é de 300.000€ (trezentos mil euros) de co-financiamento comunitário FEDER.

A dotação orçamental do presente Aviso pode ser reforçada, excepcionalmente e por decisão da Estrutura de Gestão do PTD da CIMTS, tendo em vista maximizar a aprovação de candidaturas de mérito superior.

15. Esclarecimentos Complementares

A CIMTS, na qualidade de autoridade de gestão do PTD-T, pode requerer ao promotor esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser prestados no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados.

16. Data Limite para a Comunicação da Admissão e Aceitação da Candidatura

A comunicação aos promotores da decisão relativa à admissão e aceitação das candidaturas é efectuada no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis após o termo do prazo fixado para a sua apresentação. A solicitação de esclarecimentos e/ou elementos referidos no ponto anterior tem efeitos suspensivos relativamente à contagem de prazo para análise das candidaturas. Nesta situação, o prazo para a comunicação da admissão e aceitação da candidatura é contado a partir da data em que se encontre completa a instrução correspondente de todas as candidaturas.

17. Data Limite para a Comunicação da Decisão de Financiamento aos Beneficiários

A comunicação aos promotores da decisão (favorável, desfavorável ou condicionada) de co-financiamento das candidaturas admitidas e aceites será efectuada até ao dia 4 de Setembro de 2009.

18. Celebração do Contrato de Financiamento

Após confirmação da decisão de aprovação favorável da operação por parte da Autoridade de Gestão será celebrado o contrato de financiamento da operação entre a CIMTS e o Beneficiário.

19. Divulgação Pública dos Resultados

Os resultados da decisão da CIMTS, contendo a lista de beneficiários, a designação das operações e os montantes do co-financiamento atribuído, serão objecto de divulgação pública no site www.novonorte.qren.pt.

20. Elegibilidade de Despesas

As despesas relativas a candidaturas ao presente Aviso devem obedecer às condições em matéria de Elegibilidade de Despesas constantes do Artigo 9.º do Regulamento de Execução do “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa”.

21. Documentação Relevante

Legislação

- Regulamento CE n.º 1083/2009 do Conselho, de 11 de Julho;

- Regulamento CE n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro;
- Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do QREN 2007-2013 e dos respectivos Programas Operacionais Regionais;
- Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão;
- Regulamento Específico “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa”, aprovado por Decisão das Comissões Ministeriais de Coordenação do Programa Operacional Temático Factores de Competitividade e dos Programas Operacionais Regionais.

Orientações Técnicas

A CIMTS poderá emitir orientações técnicas para especificação de determinadas matérias previstas no presente Aviso.

Outras fontes de Informação

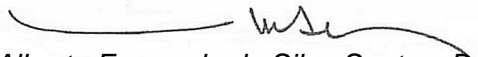
Para além da legislação referida nos pontos anteriores, o promotor poderá obter mais informações através da consulta aos sites www.gren.pt e www.novonorte.gren.pt, ou do endereço cimtamegaesousa@gmail.com.

22. Obrigações e Procedimentos de Informação e Publicidade

Os beneficiários de candidaturas aprovadas comprometem-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor de informação e publicidade sobre participação (co-financiamento) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Programa Operacional e Regional do Norte 2007-2013 nas intervenções, resultantes das disposições regulamentares comunitárias (Regulamentos CE nºs 1083/2006 e 1828/2006), bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão do ON.2 e pela CIMTS.

Penafiel, 30 de Abril de 2009.

O Presidente do Conselho Executivo,


(Alberto Fernando da Silva Santos, Dr.)